

**PIBID PEDAGOGIA E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO CONTEXTO
ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL NEIDE TINÔCO (REDENÇÃO-CE)¹**

***PIBID PEDAGOGY AND ANTI-RACIST EDUCATION IN THE SCHOOL CONTEXT
SCHOOLING AT SCHOOL MUNICIPAL NEIDE TINÔCO (REDENÇÃO-CE)***

Julyanni Almeida Grandim²

Rosângela Ribeiro da Silva³

RESUMO: O presente trabalho trata-se de uma construção de estudo que visa apresentar a influência do movimento eugenista no Brasil e os impactos na formação de uma sociedade racista, bem como os desdobramentos da violência racial presente nos espaços escolares, afetando a vida de crianças negras, desde a educação básica. O estudo aborda pela pesquisa teórico-bibliográfica e de campo, os avanços, dificuldades e limites ainda existentes na implementação da Lei n.º 10.639/2003, que após completar em 2023 os seus 20 anos, com a finalidade de obrigatoriedade da aplicação do ensino da história e cultura afro-brasileira, percebe-se que, ainda, é uma realidade difícil de ser vista no currículo das escolas. Autores como Souza (2012), Maciel (1999), Teixeira e Silva (2017), Formiga; Paula e Melo (2019), Almeida (2019), Marini (1973), e Cardoso e Lôbo (2023), bem como Trancoso; Pinto e Damaceno (2022), Asante (2009), Mazama (2009), Nobles (2009), Nascimento (2009), Gomes (2003) e (2012), foram fundamentais para pensar uma educação que seja responsável por uma mudança social, e que colabore para diminuir as desigualdades, o preconceito e a discriminação. Esse problema no capitalismo se nutre das desigualdades sociais, raciais e de gênero. Apresentamos o movimento de luta e resistência da população negra para ter acesso à educação, que após a abolição da escravatura continuou encontrando inúmeras dificuldades para viver na sociedade brasileira, e continuou sendo excluída, também, do acesso ao ensino formal, entretanto, esse importante movimento tem apresentado proposições legais para o enfrentamento dessas violências históricas e mais recentemente, como a homologação da Lei n.º 10.639/2003, acima citada, dentre outras. Encontramos na visão epistemológica da afrocentricidade, um caminho para se pensar o protagonismo negro e a recentralização da cultura e da identidade africana e afro-brasileira, e para visualizar ações de uma educação voltada para as relações étnicos raciais, abordamos as estratégias pedagógicas do subprojeto Pedagogia no Programa de Iniciação à Docência (Pibid) - Ce, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, campus Ceará, ciclo (2022-2024), desenvolvido na Escola EMEIEF Neide Tinôco, município de Redenção Ceará, como caminhos possíveis de se fazer presente no cotidiano escolar, uma educação antirracista e que valoriza à cultura e à identidade negra.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, vinculado ao Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

² Licencianda em Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e-mail: julyanni.grandim@hotmail.com

³ Professora orientadora. Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e-mail: rosangelaribeiro@unilab.edu.br

Palavras-chave: Afrocentricidade. Educação. Eugenismo. Lei 10.639/2003. Pibid Pedagogia. Racismo.

ABSTRACT: This work is a study that aims to present the influence of the eugenics movement in Brazil and the impacts on the formation of a racist society, as well as the consequences of racial violence present in school spaces, affecting the lives of black children, from basic education. The study addresses, through theoretical-bibliographical and field research, the advances, difficulties and limits still existing in the implementation of Law No. 10,639/2003, which after completing its 20 years in 2023, with the purpose of mandatory application of teaching of Afro-Brazilian history and culture, it is clear that it is still a difficult reality to be seen in the school curriculum. Authors such as Souza (2012), Maciel (1999), Teixeira e Silva (2017), Formiga; Paula e Melo (2019), Almeida (2019), Marini (1973), and Cardoso e Lôbo (2023), as well as Trancoso; Pinto and Damaceno (2022), Asante (2009), Mazama (2009), Nobles (2009), Nascimento (2009), Gomes (2003) and (2012), were fundamental in thinking about an education that is responsible for social change, and that helps to reduce inequalities, prejudice and discrimination. This problem in capitalism is fueled by social, racial and gender inequalities. We present the movement of struggle and resistance of the black population to have access to education, which after the abolition of slavery continued to encounter numerous difficulties in living in Brazilian society, and also continued to be excluded from access to formal education, however, this important movement has presented legal proposals to combat this historical violence and more recently, such as the approval of Law No. 10,639/2003, mentioned above, among others. We find in the epistemological vision of Afrocentricity, a way to think about black protagonism and the recentralization of African and Afro-Brazilian culture and identity, and to visualize actions of an education focused on ethnic-racial relations, we address the pedagogical strategies of the Pedagogy subproject in the Teaching Initiation Program (Pibid) - Ce, cycle (2022-2024), developed at the EMEIEF Neide Tinôco School, municipality of Redenção Ceará, as possible ways of being present in everyday school life, an anti-racist education that values culture and black identity.

Keywords: Afrocentricity. Education. Eugenics. Law 10,639/2003. Pibid Pedagogy. Racism.

Data da submissão:

Data da aprovação do artigo:

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira no processo de colonização a serviço do capital foi sendo estruturada em linhas de privilégio. Classe, raça e gênero são categorias que ajudam a compreender porque um determinado grupo de pessoas é mais privilegiado que outro. No que se refere à questão racial os grupos mais afetados são os das pessoas negras e indígenas, que são vítimas da estrutura racista que formou o Brasil. Enraizado na sociedade, o racismo deriva de um processo histórico, onde pessoas brancas são colocadas em uma escala de privilégios, e a população não branca excluída e colocada à margem da sociedade. Negros e negras sofrem

com a exclusão em muitas áreas, na política, no mercado de trabalho, na cultura, educação, na ausência de políticas públicas voltadas para as condições de moradia, acesso à saúde, acesso à escola, dentre outros.

O movimento negro, importante espaço de organização social e política na resistência e na luta contra as opressões, teve seu início no Brasil desde o período escravocrata (1535-1888), quando foram surgindo os primeiros quilombos, o mais conhecido, o de Palmares, cujo o líder era Zumbi. Após a abolição, a luta do movimento negro teve que se intensificar, pois as desigualdades e o preconceito racial se acentuaram, fazendo cair por terra o mito da democracia racial.

Em 1979 surgiu o Movimento Negro Unificado, o qual foi responsável por grandes conquistas, que no ano de 2003, pode ser destacada no campo educacional, a Lei n.º 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas; o dia 20 de novembro, como o dia da Consciência Negra; a criminalização do racismo, com a Lei n.º 7.716/1989; a demarcação das terras quilombolas, através de Decreto de n.º 3.912/2001; a Lei de Cotas Raciais, Lei n.º 12.711/2012. Mesmo com as conquistas a luta demonstra que é necessário continuar buscando formas de enfrentamento e superação do racismo, que é uma realidade cruel no Brasil, a vida de crianças, mulheres negras e homens negros, realidade que continua sendo atravessada pelo preconceito racial, social e de gênero.

Uma educação antirracista, mesmo com a conquista da Lei 10.639/2003 ainda não é pautada em muitas escolas, embora haja um movimento de debate nesses espaços. A relevância desse trabalho está na reflexão acerca das condições de exclusão geradas pelo racismo que afetam a população negra, uma forma de exclusão ainda existente nos ambientes escolares, vislumbrando pela educação para as relações étnico raciais, uma das formas de enfrentamento dessa violência. Exclusão essa causada pelo preconceito racial, que nos 20 anos após a implementação da Lei 10.639/2003, apresenta limites e dificuldades e ainda se configuram como um desafio para que a lei exista nos currículos e faça parte no cotidiano escolar, como bem afirma Nilma Lino Gomes:

[...] Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação, inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (Gomes, 2003, p. 171-172).

A questão racial, o racismo, a reflexão a respeito de uma educação antirracista, é uma temática que não se esgota, pois o preconceito racial é um problema enraizado na sociedade brasileira e que se configura como atual. A reflexão referente a uma educação para as relações étnicas raciais, é necessária por compreender que é através de uma educação afrocentrada e afrorreferenciada que o resgate das identidades negras, da história e da cultura afro-brasileira pode ser uma possibilidade. A escola precisa ser um espaço onde a potencialidade e autoestima das crianças negras seja trabalhada, e a identidade e cultura negra sejam valorizadas.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar estratégias metodológicas afrocentradas a partir do trabalho realizado pelo Pibid Pedagogia Ceará. E como objetivos específicos apontamos: a) Analisar o racismo estrutural na sociedade brasileira a partir do surgimento do movimento eugenista no Brasil; b) Reconhecer a importância da afrocentricidade enquanto visão epistemológica; c) Identificar os avanços e limites na implementação da Lei 10.639/2003.

Como metodologia utilizamos a pesquisa teórico bibliográfica, e para descrever a experiência vivenciada no Pibid Pedagogia, fizemos o uso do relato de experiência como procedimento. Em primeiro momento foi definido a temática, delimitação do tema, objetivos e estabelecimento do cronograma de atividades, tendo a revisão da literatura como fator crucial nesse momento. Por seguinte foi feita a coleta e seleção de fontes bibliográficas que abordasse a temática desenvolvida, depois da leitura e fichamento do material encontrado, foi possível construir uma análise reflexiva a partir da interpretação do conteúdo encontrado e assim sistematizá-los.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (Severino, 2013, s/p).

A partir do diálogo com as ideias dos/das autores e autoras, por meio da técnica dissertativa argumentativa, foi possível fazer uma reinterpretação dos mesmos, assim como redescobrir ideias e trabalhar em suas reflexões. “A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo.” (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p.65-66). As ideias desenvolvidas na pesquisa só

foram possíveis a partir do contato com as leituras dos materiais bibliográficos, desta forma conseguindo consolidar o que se pretendia com a amostra da pesquisa.

A motivação para pesquisar a temática do racismo e de uma educação antirracista, parte do princípio de necessitar entender a complexidade do cerne das desigualdades sociais que imbricam em séculos de violência e opressão. Mesmo após a passagem de quase cinco séculos, as opressões que tem como fundamento a cor da pele ainda é uma realidade no Brasil. A exclusão, o preconceito e a discriminação se mostram visíveis tal qual no Brasil Colônia (1535-1888). Outro motivo gerador foi a participação da pesquisadora como bolsista do Programa de Iniciação à Docência (Pibid) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), campus Ceará, subprojeto Pedagogia, enquanto futura professora, através do contato com metodologias de ensino que permitiram a aplicação da Lei 10.639/03, favoreceu na escolha da temática e na construção das reflexões.

O trabalho está dividido de forma que o primeiro capítulo aborda as raízes do racismo estrutural no Brasil e discorre sobre o movimento eugenista, ainda pretende-se refletir sobre a educação em um contexto de capitalismo neoliberal. A abordagem tem como arcabouço categorial as contribuições de Souza (2012), Maciel (1999), Teixeira e Silva (2017), Formiga; Paula e Melo (2019), Almeida (2019), Marini (1973), e Cardoso e Lôbo (2023). O segundo capítulo trata do movimento de luta da população negra em busca do acesso à educação formal, a visão epistemológica a partir do conceito da afrocentricidade e as práticas educativas realizadas pelo Pibid Pedagogia, utilizando a Lei 10.639/03 para a efetivação de ações e atividades antirracista na escola campo, que sediou o referido Programa. A orientação teórica foi elaborada a partir de Trancoso; Pinto e Damaceno (2022), Asante (2009), Mazama (2009), Nobles (2009), Nascimento (2009), Gomes (2003) e (2012).

2 RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL E AS RAÍZES EUGENISTAS

O racismo estrutural no Brasil, tem suas raízes no período colonial e no movimento eugenista. Mesmo após a “superação” do Brasil Colônia e do Brasil eugênico, os efeitos e consequências permanecem presentes na sociedade brasileira, com a principal violência sendo o racismo. Neste capítulo trataremos brevemente da eugenia no Brasil e também das influências do neoliberalismo na educação.

2.1 O Projeto Eugênico Social e o Processo de Imigração no Brasil

A origem do termo eugenia remete a década de 1880, precisamente ao ano de 1883, termo esse criado pelo inglês Francis Galton. A teoria eugênica de Galton na verdade não passava de uma ideia racista que teve influência da teoria da evolução de Charles Darwin, mais conhecida por Darwinismo Social, ideia essa, também de cunho racista que pensava a hierarquia de sociedades, onde era possível determinar que existiam sociedades superiores e inferiores. Galton que era primo de Darwin, a partir dessa influência do evolucionismo, desenvolveu que era possível comprovar que aspectos ligados à parte intelectual e fisiológica do ser humano, poderiam ser passados e adquiridos de forma hereditária, fatores esses que envolviam a cor dos olhos, questões do âmbito intelectual e de comportamento, que poderia ser passada através dos membros familiares, de pais para filhos.

Com sua ligação com o campo da genética, a teoria eugênica tinha sua essência ligada mais propriamente ao social, do que ao científico e visava à exclusão de elementos considerados ruins e indesejáveis para que a espécie humana pudesse melhorar, neste caso, aqueles que acreditavam nessa teoria, consideravam que era necessário a exclusão de certos grupos sociais e impedir assim a sua reprodução. Era considerado indesejável, aspectos fenótipos, de características sociais e econômicas, vícios, e também doenças, essas podendo ser físicas e mentais.

O projeto da eugenia teve sua prática realizada primeiramente nos Estados Unidos, entretanto não deixou de ser apresentado ao mundo. No Brasil, além de ter adotado as ideias eugenistas, começou um projeto interno e próprio, eugênico. Na época a eugenia era vista como uma forma para o país alcançar o desenvolvimento, a elite e alguns intelectuais que tinham relevância, consideravam a eugenia como uma solução para muitos problemas presentes na sociedade brasileira. O progresso só poderia ser alcançado com os ideais desse movimento.

A elite local, convencida do poder da ciência em estabelecer uma nova ordem ao mundo, entendia que a eugenia poderia desempenhar um papel importante na formação da nacionalidade brasileira, orientando o Brasil a seguir o trilho do progresso e do tão almejado processo civilizador. (Souza, 2012, p.7).

Apoiados nas ideias de Galton e com o aval do campo da genética, buscou-se a exclusão de todos aqueles que não eram brancos e que não descendiam de países europeus. O que chamavam de nação do futuro, não envolvia pessoas negras, amarelas e que tinham algum tipo de deficiência.

O discurso e as propostas eugênicas para o Brasil mostram um racismo nada cordial. Sob a justificativa de romper com o atraso, em nome do progresso, ancorados e idéias em que a hereditariedade determinava o destino dos indivíduos e numa desigualdade já dada ao nascer pela própria natureza, os eugenistas respaldavam práticas e políticas que iam desde a discriminação e a exclusão até a mutilação dos seres considerados inferiores. A população passava a ser um objeto a ser manipulado (o que em si já é um princípio autoritário e totalitário), aprimorada por critérios tidos como científicos através de casamentos regulados por critérios de seleção ancorados nas idéias de hierarquia racial. (Maciel, 1999, p. 138).

Uma grande impulsão da eugenia no Brasil, foi a associação ao movimento sanitário ou sanitarista, de acordo com Tiago Ferreira (2017) em texto publicado no Portal Geledés, “Nos primeiros anos do século XX, porém, havia no Rio, então capital brasileira, a ideia de que as epidemias brasileiras eram culpa do negro, recém – liberto com a abolição da escravatura (1889).” A eugenia na época poderia ser traduzida como uma forma de higiene, higiene não de preocupação com as condições de saúde da população principalmente daquela que vivia em zona periférica, mas de uma limpeza social, étnica da sociedade brasileira. A eugenia se tornou um projeto científico, social e político no Brasil, o racismo disfarçado de desenvolvimento e progresso.

O pai da eugenia no Brasil, foi Renato Kehl, “Ele acreditava que a melhoria racial só seria possível com um amplo projeto que favorecesse o predomínio da raça branca no país.” (Ferreira, 2017), Kehl era médico e também sanitarista e além da segregação e esterilização daqueles que atrapalhavam a evolução no Brasil, ele tinha como proposta uma educação com viés nas ideias eugênicas nas escolas e a realização de testes mentais nas crianças. As ideias de Kehl também envolviam questões ligadas ao casamento, como medida para evitar o nascimento de pessoas com “defeito”. “Na mesma época, chegou a ser organizado um “concurso de Eugenia” que serviria para premiar as 3 crianças que “mais se aproximassem do tipo eugênico ideal”, conforme anunciava o cartaz.” (Ferreira, 2017), as ganhadoras foram todas meninas brancas. Isso também possuía ligação com o controle sobre os corpos das mulheres e a reprodução, pois mulheres brancas eram vistas como ideal para a maternidade.

Em matéria publicada na revista Super Interessante em 2019, Ale Santos ao escrever sobre o movimento eugenista e sanitarista no Brasil, apresenta o seguinte:

Na mesma época em que os ideais eugênicos se espalhavam pelo país, também nasciam as primeiras metrópoles. Muita gente concentrada, muita pobreza e muita sujeira eram a combinação perfeita para a proliferação de epidemias. Nasce, então, o movimento sanitarista, que buscava resolver os problemas de saúde pública nos centros urbanos. O sanitarismo em si não era um problema. A divisão entre os que pretendiam higienizar o país e os que queriam “purificar a raça”, porém era tênue.

Vários nomes influentes participavam simultaneamente dos movimentos sanitaristas e eugenistas. É o caso de Belisário Pena, fundador da Liga Pró – Saneamento do Brasil, e de Artur Neiva, discípulo de Oswaldo Cruz – e defensor do branqueamento da população brasileira. (Santos, 2019, s.p).

Se a princípio a miscigenação era vista como algo ruim, “[...] A maior preocupação das elites era com a miscigenação e o perigo que ela representava para a população brasileira (branca e abastada).” (Teixeira; Silva, 2017, p. 71). O branqueamento pautado na miscigenação foi uma das ideias apresentadas por alguns dos eugenistas, como João Batista de Lacerda, a ideia que o sangue de pessoas brancas era superior, a junção do branco com o negro resultaria em pessoas de peles mais claras, até chegar ao ponto da população se tornar branca por completo. Lacerda apresentava que com o embranquecimento seria possível alcançar com o tempo a extinção da raça negra. “As ideias de Batista acabaram abandonadas pelo próprio movimento – até porque não faziam o menor sentido; a mistura que a miscigenação promove não pende para nenhum lado. A tal hegemonia branca teria de vir de outro jeito [...]” (Santos, 2019, s.p).

Um grande nome da época que era oposto a ideia da miscigenação foi Silvío Romero, que foi um dos fundadores da conhecida Academia Brasileira de Letras. Não eram somente os que tinham cargo na área da saúde, como médicos, e políticos, e os da área do direito que eram entusiastas do projeto eugênico, no campo da literatura tinham alguns representantes. Wallacy Ferrari em matéria publicada na revista Uol em 2020, escreve o seguinte:

Na literatura brasileira, o escritor Euclides da Cunha, o autor de ‘Os Sertões’, fazia questão de externar uma visão eugenista sobre suas obras, associando os negros e mestiços à degeneração e criminalidade. Monteiro Lobato não apenas se aliou ao eugenismo, como patrocinou e auxiliou na distribuição das publicações do movimento em 1919. (Ferrari, 2020, s.p).

Para Romero, cujo a solução seria a morte da população negra, a ideia era a imigração, o branqueamento a partir da população europeia. O projeto de imigração logo apresentou problemas visto que estava ocorrendo muito a entrada de asiáticos no Brasil, e que não eram considerados um padrão aceitável. Em 1945 o então presidente Getúlio Vargas assinou o decreto de restrição da imigração. A população negra com o tempo passou a ter um aumento significativo o que acabou gerando uma perda de força no movimento eugênico, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entretanto, os efeitos do movimento eugenista no Brasil não deixaram de existir, o racismo continuou sendo um

problema na sociedade brasileira, fruto principalmente do legado das ideias eugênicas, por isso,

[...] compreender os discursos racistas e discriminatórios desenvolvidos pela eugenia no Brasil, se torna uma das maneiras de buscar uma reflexão crítica de denúncia sobre a tentativa de legitimação de medidas de exclusão racial que implicaram em comportamentos sociais cotidianos no país. (Formiga; Paula; Melo, 2019, p. 94).

O racismo é um problema presente na sociedade brasileira, ainda existe um processo de inferiorização das pessoas negras e desvalorização da cultura afro-brasileira, mesmo com atos racistas sendo criminalizados. Tem-se a Lei de n.º 7.716 de 1989, que no decreto 1º trata da punição de crimes que envolvam discriminação, sendo ela racial, religiosa e étnica e, mais recente, em 2023 foi sancionada a Lei de n.º 14. 532 que torna a injúria racial crime, com pena de 2 a 5 anos de prisão, desta forma a injúria racial foi incluída aos crimes raciais, sendo considerada a injúria ao ato racista referido ao indivíduo.

Com a criminalização do racismo e o debate racial ter alcançado um outro nível ao longo dos anos, seja através das redes sociais ou mesmo em programas de televisão, o que é possível perceber é que a sociedade ainda continua racista, e um racismo consciente por vezes, pois são atitudes de partem de princípios eugênicos de que pessoas negras são inferiores, e ainda existe o paralelo de o racismo ser um crime, mas ser quase “normalizado”, em grande parte pelo imaginário ainda presente de que não existe racismo no Brasil, o falso mito da democracia racial.

A realidade é que o racismo se faz presente em muitas ambientes e meios, seja na mídia, seja no campo político, nos espaços educacionais, no trabalho, na rua, nos momentos de lazer, é um problema real, e com muitas camadas e aspectos, e que assume outras formas de violência, como a violência policial que em suma atinge crianças, adolescentes e jovens negros, em grande maioria, periféricos.

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações. E a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes. (Almeida, 2019, s/p).

Assim, foi sendo criado desde a colonização e reforçado no século XX pelo movimento eugenista, um conjunto de estereótipos para com pessoas negras, e que foram sendo usados como justificativa para o racismo, causando uma desumanização do indivíduo negro. Nesse processo de desumanização, para além da destruição da identidade e da personalidade da sujeito negro, foi-se criando modos de controle, principalmente por meio da cultura para que a pessoa negra se distanciasse da sua identidade e da sua cultura, para que assim fosse possível um processo de alienação e de apagamento da história e memória do indivíduo não branco, no qual passaria a se aproximar da cultura do branco para ser socialmente aceito, mas a grande enganação é que mesmo que os sujeitos se aproximassem da cultura dominante, nunca seriam brancos, as violências contra seus corpos e suas mentes continuaria, pois para os “outros” ainda seriam inferior.

[...] É desse modo que o racismo passa da destruição das culturas e dos corpos com ela identificados para a domesticação de culturas e de corpos. Por constituir-se da incerteza e da indeterminação, é certo que o racismo pode, a qualquer momento, descambar para a violência explícita, a tortura e o extermínio. Porém, assim que a superioridade econômica e racial foi estabelecida pela desumanização, o momento posterior da dinâmica do racismo é o do enquadramento do grupo discriminado em uma versão de humanidade que possa ser controlada, na forma do que podemos denominar de um sujeito colonial. Em vez de destruir a cultura, é mais inteligente determinar qual o seu valor e seu significado. (Almeida, 2019, s/p).

Segundo dados atuais apresentados pela economista Vivian Machado, em novembro de 2023, e sistematizados em matéria pela redação do site Rede Brasil Atual, “A população negra é maioria nos trabalhos desprotegidos, 36% maior que na população não-negra.” Com relação a questão salarial a economista apresenta que, “O rendimento médio da mulher negra é 116% menor do que em relação aos homens não negros.” O desemprego também é maior entre a população negra. Machado (2023) ainda comentou que as mulheres negras para além da discriminação racial, sofrem também com a violência de gênero. Em 2021 existiam cerca de 15,7 milhões de trabalhadores negros no trabalho formal e asseguradas pela legislação trabalhista, cerca de 6 milhões de mulheres negras.

Apesar de serem maioria entre os ocupados, Vivian disse que negros e negras são maioria entre os trabalhos desprotegidos (trabalho sem carteira assinada, por conta própria ou que não estão cobertos pelos direitos previdenciários): nesta situação, 46,1% são negros e 34,2% não negros. (Rede Brasil Atual, 2023, s.p).

No que se refere aos dados de violência, 72% das mortes violentas, em 2021, tiveram como vítimas pessoas negras, um total de 408.605 homicídios no Brasil. Mortes

causadas por policiais foram de um total de 84,1% e um número significativo dessas vítimas foram crianças negras. As mulheres negras apresentam a maioria das vítimas de violência sexual, cerca de 52,2%, nos casos de feminicídio somam cerca de 62%, em outras formas de morte violenta as mulheres negras têm o percentual de 70,7%. Nos casos de assédio são as que mais sofrem, cerca de 13% a mais com relação às mulheres brancas. Nos dados em relação ao encarceramento, um total de 68,2% são de pessoas negras e desse total, 95% são de homens negros. É possível constatar com os dados apresentados pela economista, que é técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (Dieese), que o racismo no Brasil é cruel, violento e que a vida de pessoas negras se torna mais difícil por conta do preconceito racial, a sociedade, o poder público, acaba colocando as pessoas negras à margem, o movimento eugênico apenas assumiu outras características. Nesse contexto ainda existe a interseccionalidade entre as opressões de raça, classe e gênero, que em suma afetam profundamente a vida de mulheres negras.

Uma pesquisa realizada pelo PoderData em setembro de 2023, com dados compartilhados no site Poder360 Jornalismo em matéria escrita por Isadora Albernaz, mostrou que cerca de 76% dos brasileiros acreditam que existe racismo no Brasil, 14% não acreditam que exista preconceito racial e 10% não responderam a pesquisa. Quando perguntados sobre preconceito com pessoas negras 36% respondeu que tem, e 53% que não, 11% não responderam. A pesquisa foi composta por 2.500 entrevistas, estas sendo feitas por ligação telefônica, englobando 212 municípios presentes dos estados brasileiros, contemplando todas as unidades federativas. A confiança na pesquisa foi 95% com margem de erro de cerca de 2 pontos. Idosos com 45% e pessoas que se identificaram enquanto evangélicos com 42%, foram os que maior admitiram ter preconceito contra negros. Considerando a região, no Sul cerca de 61% reconhecem existir racismo, no Nordeste 80% e Centro Oeste 80%. Podemos inferir das informações, que é que ainda existe um bom percentual de pessoas que não reconhecem a existência do racismo e um número que não tem medo de admitir que é racista.

Considerando as muitas formas de violências ocasionadas pelo racismo e, outrossim o silenciamento dessas opressões, é necessário localizar e identificar em que medida são afetadas as crianças e jovens negros. Infâncias, sonhos, vidas, que são ameaçadas e por vezes interrompidas pelo estado opressor. Sobre os casos de violência e morte envolvendo essa faixa etária, destacamos um trecho de uma matéria do portal Lunetas, em texto escrito por Ana Cláudia Cifali em 2023, apresenta o seguinte:

Eloáh, 5 anos; Thiago, 13; Kauã Vitor, 11; Maria Alice, 4; Rayana, 10; Ítalo Augusto, 7; João Pedro, 14; Emily Vitória, 4; e Rebeca Beatriz, 7, tiveram em comum sonhos interrompidos por mortes que ocorreram dentro ou na proximidade de suas casas, em áreas periféricas do Rio de Janeiro, em decorrência da violência policial [...] (Cifali, 2023, s.p).

As mortes dessas crianças acabam sendo naturalizadas, a sociedade quando não se preocupa, que ao ver esses casos não consegue se indignar, acha que por algum motivo essas mortes se justificam, existe uma legitimação da violência contra crianças e jovens negros, uma barbárie e genocídio que é direcionada a um público específico. A solução de Sílvio Romero na época do movimento eugenista no Brasil, de que negros deveriam morrer, não seria hoje uma realidade da nossa sociedade, que ceifa o futuro de crianças e jovens negros? O que se vive hoje no capitalismo é um eugenismo disfarçado, mascarado e que é aceitável por aqueles e aquelas que não toleram as diferenças, a diversidade.

As infâncias negras são ameaçadas pelo racismo estrutural, nesse contexto a educação pode assumir um papel importante, na escola as crianças precisam aprender desde cedo como a sociedade se organiza e se estrutura com base nas desigualdades de classe, raça e gênero, o que é o racismo e que é crime ser racista, diferente dos outros espaços, a escola não pode ser conivente com o silenciamento de crianças negras e das violências que elas sofrem até mesmo nesses espaços. As infâncias negras precisam ser cuidadas e valorizadas. É preciso pensar a escola como um espaço seguro e propositivo para essas crianças, ondem possam encontrar representatividade nos currículos, nos ambientes da instituição e que seja trabalhado para que essas crianças tenham suas identidades potencializadas, compreendendo em uma perspectiva de educação que seja afrocentrada e afroreferenciada, o protagonismo negro. Com uma proposta de educação antirracista, classista e igualitária entre mulheres e homens, negros e brancos.

2.2 As Desigualdades Sociais, Raciais e de Gênero no Brasil a Serviço do Capitalismo Neoliberal e o Papel da Educação Escolar

O sistema capitalista usa a educação como um instrumento ideológico fortalecer o acúmulo do capital, que se nutre das opressões de raça, classe e gênero. O sistema acumulativo só funciona se existir a força de trabalho, e essa força de trabalho, em grande parte não branca, e feminina recebe sua formação escolar e técnica desde a educação básica, sendo preparada para assumir postos de trabalho mais precarizados.

As questões ligadas ao trabalho estão estreitamente ligadas à educação. A mais-valia e o lucro elevado sobre os produtos, que garante, portanto, a riqueza do capitalista, só é possível através do trabalho explorado, e esse sujeito que vai ter sua força de trabalho explorada precisa ser educado, precisa passar por um processo de formação, e a escola é esse espaço para que isso aconteça. “[...] a educação tem sido chamada, em última análise, a cumprir o papel basilar, não de construir o homem livre e pleno, mas de ajustar os indivíduos aos ditames do trabalho explorado, que é o motor fundamental da dinâmica do capital.” (Rabelo; Segundo; Jimenez, 2009, p. 4).

O resultado desse processo de formação é então uma reprodução da classe trabalhadora, que ao chegar ao mercado de trabalho, vai ter uma má remuneração e condições mínimas para exercer sua função, com isso se terá uma superexploração da sua força de trabalho.

[...] para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. (Marini, 1973, s/p).

A extração do trabalho não pago ocorre no capitalismo de modo combinado entre a mais-valia absoluta ou relativa como expôs o autor brasileiro na citação.

O que acontece é uma ideologia do capital, na qual cria-se uma dependência desse sistema de exploração do trabalho e acúmulo de riqueza, como se não existisse outra alternativa, o capital dependente sendo a única forma possível, não podendo ser diferente. Essa ideologia é fortalecida através da educação, é ensinado que se precisa estudar para conseguir um bom emprego, ou que para ter um emprego precisa ser qualificado e estudar, na verdade vai acontecendo um processo de alienação para que o sujeito não compreenda o que é sua força de trabalho e o real valor dela, assim, quando chega ao mercado a vende por um valor, que é o chamado de salário. Precisa estudar para poder ingressar no mercado de trabalho, vender sua força de trabalho por um valor mínimo comparado ao que se produz, para assim ter condição de além de ser trabalhador no mercado capitalista, ser consumidor.

Na economia capitalista clássica, a formação do mercado interno representa a contrapartida da acumulação de capital: ao separar o produtor dos meios de produção, o capital não só criou o assalariado, isto é, o trabalhador que só dispõe de sua força de trabalho, como também criou o consumidor. (Marini, 1973, s/p).

O modelo de educação que se constitui é voltado para uma propaganda de alcance de uma ascensão financeira, para a meritocracia, a escola é o meio pelo qual é possível ter uma qualificação e assim ser competitivo no mercado de trabalho. Em um contexto neoliberal a educação também se torna elemento de reprodução ideológica e econômica do capital, principalmente com o aumento da privatização do ensino, sendo possível ver um aumento inclusive do ensino superior privado.

O que a realidade nos revela é a formação de sujeitos negros e sujeitas negras para o mercado da informalidade, sem segurança de qualquer direito trabalhista garantido, como demonstra os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 41% da população negra ocupada trabalhava informalmente, e 46,5% eram mulheres negras sem carteira assinada, sem contribuir para a Previdência Social, o que nos remete ao entendimento de que as mesmas não terão a garantia de aposentadoria na velhice.

Com uma padronização de sujeitos, preparados para receber apenas conhecimentos básicos, suficientes para adentrar no mercado de trabalho, vai acontecendo uma desumanização nesse processo, pois os indivíduos passam a ser também mercadorias. “No âmbito das proposições do neoliberalismo a valorização da formação do indivíduo para suprir as necessidades do mercado conduz a questionamentos sobre a função da escola e da educação.” (Cardoso; Lôbo, 2023, p. 132). É necessário pensar que o formato de educação mercadológico, acaba por vezes a afastar os indivíduos da escola, se constitui então um modelo de educação excludente.

Um modelo de educação que não considera as diversas realidades, em si é falho no sentido da proposição de “uma educação para todos”, proposta dos organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial, e a Organização das Nações Unidas, que defendem uma desigualdade no processo de universalização da educação para os países pobres. Contudo, nas escolas não se tem apenas um tipo de estudante, o que vai se ter são as muitas realidades e diversos contextos sociais, econômicos e culturais. Se as condições de acesso não são as mesmas, as de permanência também não serão.

É necessário pensar nesse contexto de uma educação capitalista, o tipo de ensino que está presente nas escolas, uma educação focada no tecnicismo, no conteúdo pelo conteúdo, com foco em avaliações externas e conhecimentos medidos por notas. Uma educação que trabalha a autonomia dos indivíduos, que é reflexiva e crítica, ainda é uma realidade distante.

Uma educação que seja capaz de subverter os ideais opressores e que seja fundamental para a construção de cidadãos conscientes, se faz necessária, principalmente no

âmbito de uma escola que acolha as diferenças e que trabalhe a diversidade cultural. Nesse modelo de ensino que não leva em consideração a subjetividade do sujeito, que não tem diálogo e que permite violências nos seus espaços, como o racismo e a homofobia, vai ocasionar em crianças e adolescentes adoecidos psicologicamente, por conviverem com o preconceito e a discriminação em um ambiente que lhes deveria ser seguro. A escola se configura então como o primeiro ambiente onde as crianças vão sofrer com o racismo.

Em meio a uma educação escolar que caminha em conjunto com o mercado, para satisfazer as necessidades do sistema capitalista, pensar uma escola que tenha a centralidade em buscar uma mudança social e que se preocupe com a formação cidadã dos sujeitos, é um desafio. Uma escola comprometida com uma educação antirracista, que busca refletir sobre seu currículo, sobre as representações em seu espaço, sobre a escolha dos seus livros didáticos, e como irão reagir aos possíveis casos de preconceito em seu ambiente, colocando nome nas violências e buscando romper com o silenciamento, ainda é uma realidade difícil no Brasil.

3 BREVE HISTÓRICO DO ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR PELA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Neste capítulo, abordamos os primeiros passos para a conquista da população negra ao acesso à educação, o surgimento do Movimento Negro Unificado e a grande conquista da Lei 10.639/2003, e os desafios ainda presentes para a sua implementação nas escolas, mesmo após 20 anos do seu surgimento. Abordaremos também o conceito da afrocentricidade e as ações do Pibid Pedagogia Ceará (2022-2024), na perspectiva de uma educação antirracista, mostrando as possibilidades de fazer presente no cotidiano escolar a utilização da Lei 10.639/03.

3.1 Os Movimentos de Luta da População Negra pelo Acesso à Escola

Desde o Brasil Colônia, a educação passou a ter importância na sociedade brasileira, principalmente, além de, ser apresentada como um meio de formação, passou também a ser civilizatória, como foi o caso da educação jesuítica, que tinha um princípio civilizador para com os indígenas, na qual ensinavam e introduziram a cultura, a língua e a

religião dos colonizadores portugueses, sendo que na verdade o objetivo não era de ajudar a alfabetizar, mas de “domesticar” e distanciar os indígenas de sua cultura e identidade.

O primeiro indício de um modelo de educação que trazia aspectos do modelo europeu e de uma educação tradicional, foi o desse processo em que os jesuítas ficaram responsáveis por educar. Até hoje o modelo de ensino tradicional é muito presente no Brasil e ainda traz traços colonizadores, porque o surgimento da educação no Brasil foi para ajudar no processo de colonização, e isso é uma das marcas que é possível presenciar até a atualidade.

O ensino não era para todos, e se direcionava aos filhos dos portugueses, já que o ensino aos indígenas era como forma de os modelar a cultura dominante, e mais excluídos nesse processo de educação eram os escravizados. No Brasil Império começou a surgir as primeiras escolas, entretanto o acesso continuava sendo negado às pessoas negras. Com alguns movimentos de resistência ainda no Brasil Império, foi possível constatar algumas escolas informais para o povo negro. “A negação ao acesso a educação aos escravizados enquanto plano de nação fez com que emergissem escolas informais, criadas pelos próprios negros desde o Brasil império, como forma de resistência a condição de exclusão.” (Trancoso; Pinto; Damaceno, 2022, s/p). Desde o princípio do surgimento das escolas, os negros tiveram que lutar para conseguir ter acesso a educação.

Uma das grandes dificuldades para o então acesso da população negra a escola no Brasil Império, era a restrição apenas para homens negros libertos, grande parte ainda não se encontrava na situação de livres, no caso das mulheres negras o acesso ao ensino era inexistente, ficava cada vez mais explícito que a educação brasileira estava sendo pensada apenas para a burguesia. Ainda no século XIX, com a crescente do movimento abolicionista, surgiu um movimento na imprensa que denunciava a escravidão no país e apoiava a abolição da escravatura, a então imprensa negra, foi uma das formas de resistência e luta para o acesso de negros ao ensino formal. Muitos movimentos sociais surgiram a partir da influência da imprensa negra, como o Movimento Negro Unificado, no século XX.

[...] A militância coletiva pela ruptura das desigualdades e injustiças socio-raciais com os afro-brasileiros fez surgir em 1978 o Movimento Negro Unificado (MNU). A década de 80 foi fortemente influenciada por esses ideais e o MNU se ampliou pelo Brasil, colocando a questão racial como pauta em grande parte do país. (Trancoso; Pinto; Damaceno, 2022, s/p).

Com a abolição da escravatura, a população negra recém liberta começou a enfrentar muitos problemas sociais, como questões ligadas à moradia e dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. As desigualdades sociais alcançavam então um outro

patamar na sociedade brasileira. A escola continuava excludente, o acesso da população negra à educação ainda era um grande desafio. Começou então uma exclusão social, essa já existente antes mesmo da abolição, e se configurava com o não acesso à escola, um novo tipo de exclusão, a intelectual.

Muitas décadas após a abolição, em um Brasil ainda desigual e racista, no qual o acesso ao ensino superior era limitado às pessoas negras, surge o Movimento Negro Unificado, que travou uma luta antirracista no Brasil e começou a lutar também contra as desigualdades sociais. Foi através Movimento Negro Unificado que foi possível o surgimento de muitas políticas educacionais públicas, como a política de cotas raciais e a lei 10.639/2003 que passaria a torna o ensino da história e da cultura afro-brasileira como obrigatório nas escolas. O acesso da população negra ao ensino formal só foi possível a partir desse movimento de lutas e resistência.

O processo de luta não se encerrou após as conquistas, com o acesso de negros e negras ao ensino formal, começaram a se deparar com o racismo dentro dos espaços escolares, nos livros didáticos, no currículo e na falta de representatividade. Foi conquistado o acesso à educação, mas a exclusão social permanecia. No ambiente escolar o racismo também se apresenta como um problema. A escola não apenas como um espaço racista, mas um espaço de reprodução dessa violência.

O silenciamento na história da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras demonstra que ainda há muito a se confirmar enquanto direito de protagonismo da própria história. O epistemicídio produzido e reproduzido nas universidades, escolas e afins corroi tessituras historiográficas que apresentam contrapontos de produção de protagonismo e saber do povo negro. (Trancoso; Pinto; Damaceno, 2022, s/p).

Com a promulgação da Lei 10.639/2003, e a partir dela o estabelecimento de diretrizes curriculares referentes ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, e a instituição do dia da Consciência Negra, com data de 20 de novembro, em homenagem ao líder quilombola Zumbi dos Palmares, se teve um avanço no que se refere à educação para as relações étnicos raciais.

Não se pode negar a importância da lei e o quanto já foi possível caminhar e avançar com uma educação antirracista no Brasil. Entretanto muitos limites ainda são visíveis para que de fato possa ocorrer a implementação da lei em todas as escolas. Fatores como a ausência de material didático e formação para professores, bem como a inexistência da lei no Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições escolares ou mesmo a falta de atividades e

projetos que possam abordar a temática no cotidiano escolar, são pontos problemáticos que significam que se tem um árduo caminho para que a Lei 10.639/2003 seja vivenciada nas escolas. Em 2023 esta Lei completou 20 anos de existência, mas o que se pode notar é que mesmo após longo tempo, a temática da cultura afro-brasileira se limita a ser trabalhada nas escolas apenas no 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Durante o restante do período letivo as ações são quase nulas.

3.2 Afrocentricidade enquanto Conceito Epistemológico

O conceito de afrocentricidade foi desenvolvido por Molefi Kete Asante, cientista e filósofo estadunidense em 1980. A ideia afrocêntrica surgiu como uma visão epistemológica, para pensar em sua proposta a recentralização do povo africano, o povo africano pensado a partir do centro de sua cultura e da sua história. A afrocentricidade surge numa condição de emergência, principalmente porque ao longo da história, os povos africanos foram colocados à margem, e o que lhes foi imposto como centro, foi a cultura europeia, fruto do processo de colonização dos diversos países de África.

A afrocentricidade é uma questão de localização precisamente porque os africanos vêm atuando na margem da experiência eurocêntrica. Muito do que estudamos sobre a história, a cultura, a literatura, a política, ou a economia africana foi orquestrado do ponto de vista dos interesses europeus. Quer se trate de economia, quer de história, política, geografia, ou arte, os africanos têm sido vistos como periféricos em relação à atividade tida como “real”. (Asante, 2009, p. 93).

Asante (2009), fala sobre o processo de conscientização como o meio para que o povo africano possa assumir a centralidade, passando a ser agente. “Afrocentricidade é a conscientização sobre a agência dos povos africanos.” (Asante, 2009, p.94). O autor ainda define agente e agência como sendo:

Um agente, em nossos termos, é um ser humano capaz de agir de forma independente em função de seus interesses. Já a agência é a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana. (Asante, 2009, p. 94).

Pensar África a partir de África, é o meio para começar o processo de conscientização proposto por Asante (2009), para que os povos africanos possam ser protagonistas, e possam construir sua centralidade se desvinculando da visão eurocêntrica

sobre o Continente Africano. É preciso assumir um compromisso com a reconstrução da história da África.

A afrocentricidade surgiu em resposta à supremacia branca, a qual tem assumido diversas formas que certamente não são exclusivas entre si. Em sua forma mais óbvia, a supremacia branca se expressa como um processo físico de pura violência, muitas vezes extremamente brutal. (Mazama, 2009, p. 111).

O processo violento de colonização causou nos povos africanos e no povo afro-brasileiro, um distanciamento ou quase perda da sua identidade e um afastamento da sua cultura. O racismo baseado na ideia de uma superioridade da raça branca e a construção de um padrão de ser humano que deve ser branco para ser socialmente aceito, configurou em um conjunto de estereótipos usados para desqualificar e subalternizar pessoas negras. “Pele clara e cabelo liso tornaram-se, e de muitas formas ainda são, os distintivos inquestionáveis de bondade e beleza. A cor clara e a proximidade da brancura tornam-se o padrão de ser humano.” (Nobles, 2009, p. 288). Na tentativa de aproximação do padrão da branquitude, o indivíduo negro sofre um processo psicológico causado pelo racismo, de não se reconhecer negro.

[...] Por ser uma negação fundamental do mérito e do valor intrínseco da pessoa, o resultante “desejo de se aproximar da brancura” se torna uma condição psicológica debilitante, patológica e destrutiva. “Embranquecimento”, “blanqueamiento”, vergonha da cor, quero ser branco”, ódio de si – tudo isso resulta numa condição psicológica movida pelo desejo disfuncional de ser branco. (Nobles, 2009, p. 288).

Essa tentativa de aproximação da cultura dominante, vem de um processo violento que mesmo após a abolição, as formas de violência contra a população negra continuaram. “A memória do afrodescendente brasileiro vem sendo agredida sistematicamente pela estrutura de poder e dominação há quase quinhentos anos.” (Nascimento, 2009, p. 197). Essa agressão da memória do sujeito afro-brasileiro é devido a uma imposição cultural que se coloca como melhor e superior. “Em nosso país, a elite dominante sempre desenvolveu esforços para evitar ou impedir que o negro, após a chamada abolição, pudesse assumir suas raízes étnicas, históricas e culturais, dessa forma seccionando-o do seu tronco familiar africano.” (Nascimento, 2009, p.197-198). Faz parte ainda de um projeto colonial o apagamento da memória, da ancestralidade e da identidade do povo negro.

É necessário através de um ensino que seja afrocentrado e afrorreferenciado, buscar romper com essa lógica da branquitude, que produz espaços de privilégios no qual pessoas brancas são sempre beneficiadas. Em uma sociedade desigual como a brasileira,

peças brancas são privilegiadas pelo racismo. O trauma causado pelo racismo, também está presente nas escolas. A educação pode ser um instrumento de conscientização dos sujeitos, por ter um caráter formativo e de contribuição para uma sociedade que seja menos desigual e preconceituosa. Crianças negras precisam conviver em um ambiente escolar, que ensina que o cabelo crespo e cacheado é bonito, que ser negro é sinônimo de beleza. A escola além de não assumir o papel de uma educação antirracista, assume também o dever de ensinar as crianças a reagir ao racismo.

3.3 Pibid-Pedagogia e o Uso de Práticas Educativas Afrocentradas e Afroreferenciadas

O Programa de Iniciação à Docência (Pibid), Subprojeto Pedagogia – Ceará (2022-2024), nas ações que se propôs a desenvolver na escola Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Neide Tinôco - Redenção-Ce, desenvolveu atividades que contemplasse a inserção da Lei 10.639/2003 no contexto da sala de aula. Como atuante, enquanto bolsista do Programa, foi possível notar que as ações pontuais realizadas na escola contribuíram para que uma implementação da lei fosse possível nesse ambiente, assim como fortalecer a luta antirracista no referido espaço de atuação.

Além da primeira experiência, contato e inserção no ambiente escolar, se deparando com a realidade da profissão docente, o que contribuiu para a formação dos pibidianos enquanto futuros professores, foi possível vivenciar as possibilidades e impactos de atividades pontuais com viés antirracista na escola, compreendendo que é necessário a escola ter um compromisso com a implementação da Lei 10.639/2003, e que é possível no cotidiano trabalhar com uma educação decolonial.

Como futuros professores, se inserir na realidade da escola através da iniciação à docência, permitiu adentrar na rotina escolar e se deparar com os conflitos existentes nesse espaço de formação. Isso possibilitou fazer uma relação com a teoria aprendida em sala de aula na universidade e a prática na escola, vendo os caminhos de possibilidades para trabalhar os elementos pedagógicos da já citada Lei, que se constitui o processo de ensino e aprendizagem. Na universidade aprendemos sobre o processo de ensino e aprendizagem ainda como alunos, e quando nos inserimos na escola, nosso olhar passa a ser a partir do papel docente, essa mudança de percepção é o que fortalece a formação inicial, já que é possível ter um contato direto com os estudantes da educação básica e a comunidade escolar.

Buscamos ao longo do período de atuação realizar atividades pedagógicas que envolvessem a valorização da identidade negra, e temáticas ligadas às manifestações culturais

afro-brasileiras. Durante todo o calendário letivo foi possível desenvolver ações numa perspectiva afrocentrada e afroreferenciada.

Nossas atividades começaram com a temática envolvendo o cabelo crespo, no qual o livro usado para a contação de história em sala de aula foi o Meu Crespo é de Rainha, de bell hooks. Além da contação de história, foi feita uma atividade com os alunos, de produção artística, na qual eles teriam que fazer uma representação do cabelo crespo.

O entendimento da simbologia do corpo negro e dos sentidos da manipulação de suas diferentes partes, entre elas, o cabelo, pode ser um dos caminhos para a compreensão da identidade negra em nossa sociedade. Pode ser, também, um importante aspecto do trabalho com a questão racial na escola que passa despercebido pelos educadores e educadoras. (Gomes, 2003, p. 174).

O cabelo crespo sempre foi alvo de muitos estereótipos que foram sendo usados para desqualificar e o definir como feio. O cabelo liso como padrão de “cabelo bom e bonito”, gera problemas ligados à autoestima de pessoas negras. O ambiente escolar é um dos espaços mais suscetíveis para o primeiro contato com “piadas e brincadeiras” racistas ligadas ao cabelo, onde crianças negras podem acabar ouvindo que seus cabelos são feios, ou serem chamadas de cabelo de “bombril”, cabelo de “bruxa”, cabelo “duro”, isso traz sérias consequências na imagem que essa criança vai ter sobre se mesma, e sobre uma característica da sua identidade, que é o cabelo.

O livro trabalhado, Meu Crespo é de Rainha, proporcionou que muitas crianças fossem encontrando seu tipo de cabelo na história, assim possibilitando o contato com uma representatividade de se encontrar num material didático, em um livro que mostra que o cabelo crespo é belo. A ação realizada buscou desenvolver o fortalecimento da identidade de crianças negras, o estímulo a sua autoestima com relação ao cabelo, para que pudessem se ver como reis e rainhas, e a beleza dos seus cabelos.

Figura 1 – Mural feito a partir das representações do cabelo crespo feito pelas crianças.



Fonte: Acervo do Programa de Iniciação à Docência/Subprojeto Pedagogia – Unilab, 2023

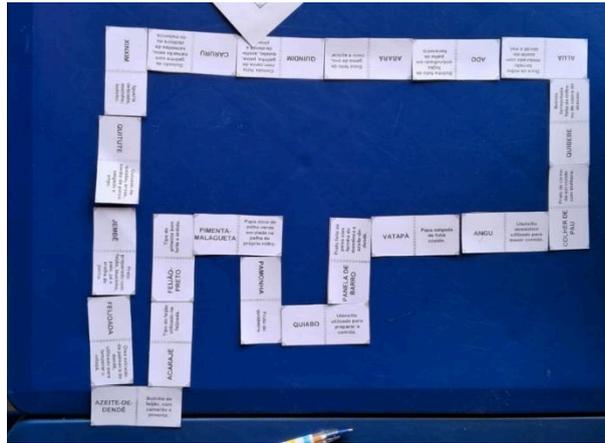
Ao trabalhar com a temática da musicalidade, foram desenvolvidas uma série de atividades utilizando a capoeira. As crianças conheceram os instrumentos, a história, e as músicas. Foi possível até realizar na escola uma roda de capoeira, na ocasião os alunos dançaram e tiveram a oportunidade de aprender a tocar alguns instrumentos. Desenvolvemos também atividades com a temática da culinária e da literatura afro-brasileira. Construímos ainda um varal com a imagem e informações de algumas personalidades negras do Brasil. E em algumas ações ao trabalhar a identidade negra, procuramos ressignificar junto das crianças “o lápis cor de pele”, mostrando que não existe apenas uma cor de pele, e que o respeito as diferenças e ao outro, é importante.

Figura 2 – Instrumento musical Caxixi, confeccionado por alunos em oficina.



Fonte: Acervo do Programa de Iniciação à Docência/Subprojeto Pedagogia – Unilab, 2023.

Figura 3 – Jogo de dominó das comidas afro-brasileiras, desenvolvido com as crianças.



Fonte: Acervo do Programa de Iniciação à Docência/Subprojeto Pedagogia – Unilab, 2023

Figura 4 – Varal das personalidades negras.



Fonte: Acervo do Programa de Iniciação à Docência/Subprojeto Pedagogia – Unilab, 2023

O que pode ser analisado a partir dos exemplos de atividades desenvolvidas pelo Pibid Pedagogia, é que uma educação voltada para a promoção das relações étnico-raciais, quando presente na sua efetivação no ambiente escolar, pode corroborar com uma transformação social.

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciámos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (Gomes, 2012, p. 102).

O papel da escola enquanto instituição formadora precisa estar alinhada em seu currículo e nas suas propostas de ensino com a luta contra as opressões. Nessa dinâmica é preciso pensar sobre o papel que professores e professoras podem assumir na luta antirracista. Refletir sobre a formação de professores é buscar entender que um olhar deve estar voltado para o ensino superior e os cursos de licenciaturas, responsáveis por essa primeira formação que os docentes recebem. O currículo dessa formação também precisa ser universal, classista e antirracista, e os futuros profissionais da educação devem ser formados numa perspectiva para serem educadores antirracistas, e aprenderem a agir diante dos possíveis casos de preconceito e discriminação que poderão presenciar nos ambientes escolares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com esse estudo refletir criticamente sobre os impactos de uma educação neoliberal, responsável por um currículo que se atenta somente a conteúdo, e que não abre espaços para se trabalhar a formação cidadã dos sujeitos, e não leva em consideração suas subjetividades e os diversos contextos sociais presentes nas escolas.

O racismo continua sendo uma violência que marca a vida de muitos estudantes durante o percurso do ensino formal, quando a escola que deveria ser um espaço seguro para crianças, inclusive, as negras, torna-se, com a presença do preconceito racial, um ambiente de traumas psicológicos.

Concluimos que mesmo com os avanços alcançados no que se refere à busca pela igualdade racial, o racismo ainda é uma violência modeladora na sociedade brasileira, fruto de um processo histórico. Mesmo com os avanços do debate racial que colaboram para com o processo de conscientização, o racismo continua sendo um problema no cotidiano. Precisamos enquanto sujeitos estarmos comprometidos com a construção de uma sociedade, na qual onde a discriminação racial e toda forma de violência e de opressão não tenha espaço.

A vida de crianças negras nas escolas, pode ganhar novas perspectivas quando uma educação antirracista, classista e igualitária faz parte desse contexto, pois o protagonismo desses alunos, e o resgate de suas identidades é fundamental para a construção das suas potencialidades. A implementação da Lei n.º 10.639/2003 só será possível mediante o comprometimento das escolas em eleger como prioridade nos seus ambientes uma educação antirracista, afrocentrada e afroreferenciada.

As crianças ao conhecerem aspectos da cultura afro-brasileira, começam a ter acesso a um outro lado da história que durante tempos foi negada, apagada, subalternizada. Com a possibilidade de conhecer a própria cultura, faz parte de um resgate necessário da identidade e a ancestralidade do indivíduo social brasileiro

Acreditar que uma educação antirracista, afrocentrada e afrorreferenciada é um caminho para uma superação do preconceito racial e uma forma para que o resgate da identidade e a valorização da cultura afro-brasileira seja possível. É perceber ainda que uma educação para as relações étnicas raciais pode gerar uma transformação social e uma contribuição para futuros possíveis, em uma realidade que o racismo não mais seja uma engrenagem de sustentação desse sistema opressor.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Isadora. 76% veem racismo no Brasil, mas só 36% admitem preconceito contra negros. **PODER 360**, Brasília - DF, 30 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poderdata/76-veem-racismo-no-brasil-mas-so-36-admitem-pr-econceito-contranegros/#:~:text=Pesquisa%20PoderData%20realizada%20de%202024,n%C3%A3o%20responder%20sobre%20o%20tema>> Acesso em: 27.mai.2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Polén Livros. São Paulo, 2019.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Selo Negro, São Paulo, 2009, p. 93-110.

CARDOSO, Janete Cassimiro; LÔBO, Daniella Couto. O neoliberalismo na educação: uma abordagem de controle ideológico permissível. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v.12, n.2. 2023, p. 123-138. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/14353/10003>> Acesso em: 29.mai.2024.

CIFALI, A. C. Infância e barbárie não deveriam andar juntas. **Lunetas**, São Paulo, 14 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://lunetas.com.br/infancia-e-barbarie-nao-deveriam-andar-juntas/>> Acesso em: 29. mai. 2024.

DIEESE. Inserção da população negra no mercado de trabalho. **DIEESE**, 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.html>> Acesso em: 8.jul.2024

FERRARI, Wallacy. EUGENIA NO BRASIL: COMO A CIÊNCIA FOI USADA PARA JUSTIFICAR O RACISMO. **Uol Aventuras na história**, São Paulo, 10 de junho de 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/eugenia-no-brasil-como-ciencia-foi-usada-para-justificar-o-racismo.phtml>> Acesso em: 27. mai. 2024.

FERREIRA, Tiago. O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar. **Portal Geledés**, São Paulo, 16 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eugenia-no-brasil-movimento-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>> Acesso em: 28. mai. 2024.

FORMIGA, Dayana de Oliveira; PAULA, Ana Beatriz Rodrigues de; MELO, Charles Aparecido Silva. O Pensamento Eugênico e a Imigração no Brasil (1929-1930). **Intelligere, Revista de História Intelectual**, n. 7. 2019, p.75-96. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/download/142881/156004/368559>> Acesso em: 28. mai. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n.1. São Paulo, 2003, p.167-182. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/abstract/?lang=pt#>> Acesso em: 14. jun. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1. 2012, p.98-109. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20currículo.pdf> Acesso em: 20. jun. 2024.

MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. **Anos 90**, n.11. Porto Alegre, 1999, p.121-143. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31532/000297021.pdf>> Acesso em: 28. mai. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. MIA Marxists. 1973.

MAZAMA, Ama. A Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Selo Negro, São Paulo, 2009, p. 197-218.

NOBLES, Wade W. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Selo Negro, São Paulo, 2009, p. 277-297.

RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; JIMENEZ, Susana. Educação para todos e reprodução do capital. **Revista Trabalho Necessário**, v.7, n.9. Rio de Janeiro,

2009, p.1-24. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/download/6097/5062> Acesso em: 21. jun. 2024.

REDAÇÃO RBA. Economista apresenta números que confirmam o racismo estrutural no Brasil. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 11 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/economista-apresenta-numeros-que-confirma-m-o-racismo-estrutural-no-brasil/#> > Acesso em: 24. jun. 2024.

SANTOS, Ale. Racismo disfarçado de ciência: como foi a eugenia no Brasil. **SuperInteressante**, São Paulo, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/racismo-disfarçado-de-ciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil/mobile> > Acesso em: 31. mai. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez Editora, 1. Ed. São Paulo, 2013.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43. Minas Gerais, 2021, p.64-83. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336> Acesso em: 30. abr. 2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v.6, n.11. Dourados, 2012, p.1-23. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041> Acesso em: 25. jun. 2024.

TEIXEIRA, Izabel Mello; SILVA, Edson Pereira. História da eugenia e o ensino da genética. **História da ciência e ensino. Construindo interfaces**, v. 15. 2017, p.66-80. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2178-2911.2017v15p63-80> > Acesso em: 25. jun. 2024.

TRANCOSO, Joelma dos Santos Rocha; PINTO, Antonio Henrique; DAMACENO, Maria Dayana Santos. Discurso e poder: O negro na história e memória da educação. **Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica**, v. 28, n. 2. Vitória – ES, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/39847> > Acesso em: 28. jun. 2024.